

# ***As demandas das associações comunitárias que contribuem para o desenvolvimento rural<sup>1</sup>***

Eliene Anjos<sup>2</sup>  
Cibele Cristina Oliveira<sup>3</sup>  
Ana Paula R. da Silva<sup>4</sup>  
Valquíria C. Santos<sup>5</sup>

---

## **Resumo**

Diversos estudos foram realizados para identificar as demandas das associações comunitárias rurais que se constituem em organizações econômicas, contribuindo para a redução das desigualdades entre os agricultores familiares. Para alcançar tal objetivo, caracterizou-se um tipo de associativismo, elaborado a partir da Análise Fatorial Múltipla, que se destina ao consumo e uso de bens e serviços para seus associados, e o estudo de dois casos típicos de associações comunitárias do Recôncavo da Bahia. As pesquisas demonstraram que as razões para a criação das associações foram possibilitar o acesso dos agricultores familiares às políticas públicas e garantir direitos básicos de cidadania que não foram assegurados pelo Estado brasileiro em grande parte das comunidades rurais. Constata-se, também, que as práticas de gestão adotadas ainda são incipientes para suprir os desafios dessas associações, que buscam se constituir em vetores de desenvolvimento rural.

**Palavras-chave:** Associativismo. Agricultura familiar. Associações comunitárias. Desenvolvimento rural. Políticas públicas.

## **Abstract**

*Several studies have been carried out to identify the demands of rural community associations that constitute economic organizations contributing on the reduction unbalances among family farmers. To achieve this objective, an associativism type was characterized based on the Multiple Factor Analysis that is destined to the consumption and use of goods and services for its associates and the study of two typical cases of community associations of the Bahia Reconcavo. Research has shown that the reasons for the creation of associations were to allow family farmers access to public policies and guarantee basic citizenship rights that were not assured by the Brazilian State in most rural communities. It is also observed that the management practices adopted are still incipient for the challenges these associations meet while seeking to become vectors on rural development.*

**Keywords:** *Associativism. Family farming. Community associations. Rural development. Public policy.*

<sup>1</sup> Este artigo é fruto de duas pesquisas sobre as formas associativas da agricultura familiar. A primeira, uma pesquisa qualitativa com as associações rurais no Território do Recôncavo da Bahia, desenvolvido no Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas da UFRB. A segunda pesquisa, que embasa o estudo quantitativo, é oriunda da pesquisa sobre a Tipologia das Organizações Econômicas da Agricultura Familiar (OEAF), realizada no âmbito da Rede de Universidades do Programa Ater Mais Gestão, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), formada pelas UFRB, UFRPE, UnB, UFV, UFSM e a UFRGS.

<sup>2</sup> Doutora em Ciências Sociais. Professora da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB). [elieneanjos@ufrb.edu.br](mailto:elieneanjos@ufrb.edu.br)

<sup>3</sup> Mestre em Energia na Agricultura. Assessora Técnica do Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (SASOP). [cibele@sasop.org.br](mailto:cibele@sasop.org.br)

<sup>4</sup> Graduanda de Tecnologia em Agroecologia. [paulinha.anapaula@hotmail.com](mailto:paulinha.anapaula@hotmail.com)

<sup>5</sup> Graduanda de Tecnologia em Agroecologia. [kiriasantos.sf@gmail.com](mailto:kiriasantos.sf@gmail.com)

## 1 Introdução

Historicamente, o associativismo desempenha, na sociedade brasileira, papel relevante no desenvolvimento social e econômico de segmentos vulneráveis. Neste sentido, a organização dos indivíduos em grupos, como associações ou cooperativas, contribui como forma de empoderamento para a valorização das potencialidades da comunidade e tem sido favorável ao desenvolvimento local, uma vez que denota uma prática transformadora, e o sujeito passa a ser ator de suas próprias ações. O associativismo expressa um modo de agir coletivo, segundo o qual os princípios da ação social se formam na experiência concreta e derivam do significado dado às intenções ou às ideias que fundamentam o grupo.

As formas associativas, criadas pela iniciativa das camadas populares para mobilizar grupos de interesse, em função da grave crise econômica vivenciada a partir da década de 1980, expandem-se entre a população do meio rural, a qual se vê excluída dos direitos básicos de cidadania assegurados na Constituição de 1988. Esse cenário é um dos motivos para o crescimento vertiginoso de associações de desenvolvimento rural, principalmente nas regiões mais empobrecidas, nas quais, historicamente, persistiu a falta de poder dos pequenos agricultores para influenciar na política pública (ANJOS, 2007).

Nesta direção, ainda que a noção conceitual da agricultura familiar reúna famílias em situações diversificadas, e que a categoria analítica seja uma construção política, para Guanzioli, Sabato e Buainain (2011, p. 333), “[...] ela se justifica na medida em que une um grupo importante que vem desenvolvendo uma identidade política para fins de barganha política junto ao setor público e de representação junto à sociedade”. Nessa perspectiva, vale salientar que os agricultores familiares somente foram contemplados pela política pública na década de 1990, com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e os programas de reforma agrária. Nessas ações, os pequenos produtores passam a ser reconhecidos como atores políticos e como sujeitos e beneficiários diretos de políticas públicas. É nesta conjuntura de luta pelos direitos, que, em 1999, dá-se a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) com uma Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) e a

multiplicação de organizações econômicas da agricultura familiar (OEAFs<sup>6</sup>), com destaque para as associações, como estratégia para o desenvolvimento local, principalmente no Norte e Nordeste do país.

Para caracterizar as diversas formas de associação encontradas entre os agricultores familiares, adotou-se o conceito de organização econômica da agricultura familiar (OEAF), compreendendo-as pelas diversas modalidades de arranjo econômico, criadas pela livre adesão de agricultores familiares. As OEAFs apresentam-se sob forma de grupos de produção, comercialização, autoconsumo, aquisição de equipamentos e insumos, finanças solidárias; associação; cooperativas e micro e pequenas empresas. Para a caracterização, levou-se em consideração a base de dados do Segundo Mapeamento Nacional da Economia Solidária, que integra o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES). Este levantamento foi realizado pela Secretaria Nacional da Economia Solidária (Senaes), entre 2009 e 2013, no Brasil. Como a pesquisa está focada nas OEAFs, estabeleceu-se como critério constituir o banco somente com aquelas que, além de estarem no banco de dados do SIES, em algum período recente, solicitaram a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar de pessoa jurídica (DAPJ), assumindo legalmente o status de empreendimento da agricultura familiar. Dos 19.708 casos mapeados, 946 constituíram o banco de dados que possibilitou a utilização da análise fatorial múltipla (AFM), que resultou na elaboração de uma tipologia das OEAFs e, posteriormente, a caracterização de cada tipo construído.

A tipologia consiste em um estudo dos traços constitutivos de um determinado conjunto. Em sentido amplo, trata-se de um estudo para criar tipos baseado em características definidas, quer empiricamente ou por meio de métodos validados nas mais diversas áreas do conhecimento. Do ponto de vista da Estatística Exploratória Multidimensional, a tipologia é o esforço em qualificar e discriminar subgrupos de uma dada população de acordo com métricas estatísticas de similaridade/discriminação. A motivação para construir uma tipologia das OEAFs embasa-se na possibilidade do desenvolvimento de políticas públicas de apoio

---

<sup>6</sup> OEAFs: Organizações Econômicas da Agricultura Familiar.

específicas para cada agrupamento, considerando a diversidade regional dessas modalidades de empreendimentos e os distintos níveis de complexidade organizacional (BRASIL, 2016).

As variáveis manuseadas para tipificar as OEAFs expressam a) características predominantes dos(as) sócios(as); b) características gerais do empreendimento; c) tipificação e dimensionamento da atividade econômica e situação de trabalho dos(as) sócios(as); d) situação do trabalho dos(as) não sócios(as); e) investimentos, acesso a crédito e apoios; f) gestão do empreendimento; dimensão sociopolítica e ambiental; e g) apreciações subjetivas a respeito do EES (SENAES, 2013). Dessa forma, foram selecionadas variáveis que permitiram a classificação das OEAFs. Os 946 casos da amostra resultaram, após a AFM, em quatro tipos, como está demonstrado na Tabela 1.

**Tabela 1 - Tipos de organização econômica da agricultura familiar (OEAF)**

| <b>Tipos</b> | <b>Frequência</b> | <b>Percentual</b> |
|--------------|-------------------|-------------------|
| <b>1</b>     | 144               | 15,2              |
| <b>2</b>     | 254               | 26,8              |
| <b>3</b>     | 185               | 19,6              |
| <b>4</b>     | 363               | 38,4              |
| <b>Total</b> | 946               | 100               |

Fonte: SENAES (2013).

Não é objetivo deste artigo caracterizar todos os tipos, pretende-se, apenas, caracterizar as organizações do tipo 1, que poderiam ser nominadas de associativismo comunitário. Elas estão voltadas primordialmente para garantir o consumo e o acesso a bens e serviços para seus associados. Esse agrupamento, com 144 OEAFs, tem altíssimo percentual de associações, encontra-se majoritariamente na região Nordeste, com 66%, restando 20,8% no Sudeste, 5,6% no Sul, 4,2% no Norte e 3,5% no Centro-Oeste. Um dos possíveis fatores que explica a presença de 94% de associações nesse agrupamento deve-se, provavelmente, à grave crise econômica vivenciada a partir da década de 1980, que resultou na criação de inúmeras associações fomentadas pelos movimentos populares para mobilizar grupos de interesses.

Ruscheinsky (2001), ao analisar o papel do associativismo na construção de um país inclusivo e democrático, infere que, a partir dessa década, as associações, nas áreas urbanas

e em número menor nas áreas rurais, assumem papel de protagonistas nas mazelas enfrentadas pelos segmentos mais vulneráveis da sociedade brasileira. Neste contexto, a atuação dos movimentos sociais no campo propiciou a organização de várias associações para livrar os agricultores familiares da subordinação dos intermediários e facilitar a compra de insumos e serviços na agricultura familiar. Além disso, no aspecto jurídico, o registro da associação é facilitado, se comparadas as suas exigências às exigidas para o registro de uma cooperativa, o que resultou em um elevado número dessa forma de organização, principalmente entre os agricultores familiares com reduzido poder aquisitivo e em regiões com baixos percentuais nos indicadores socioeconômicos, como é o caso do Nordeste (ANJOS, 2016).

**Tabela 2 - Formas de OEAF por região**

| <i>Formas de Organização</i> | <b>Região do país</b> |          |         |     |              | <b>Total</b> |
|------------------------------|-----------------------|----------|---------|-----|--------------|--------------|
|                              | Norte                 | Nordeste | Sudeste | Sul | Centro-Oeste |              |
| <i>Associação</i>            | 5                     | 90       | 30      | 7   | 4            | 136          |
| <i>Cooperativa</i>           | 1                     | 4        | 0       | 1   | 1            | 7            |
| <i>Sociedade mercantil</i>   | 0                     | 1        | 0       | 0   | 0            | 1            |
| <i>Total</i>                 | 6                     | 95       | 30      | 8   | 5            | 144          |

Fonte: SENAES (2013).

Nesta perspectiva, busca-se, na seção seguinte, desvendar de forma pormenorizada os casos que compõem o tipo 1, escrutinando a incidência das variáveis para identificar as demandas dos agricultores familiares desse agrupamento. Em seguida, apresentam-se dois estudos de caso em duas associações rurais, no território do Recôncavo da Bahia, com a análise do conteúdo de doze entrevistas realizadas com associados, para identificar as potencialidades e os dilemas enfrentados, para se constituírem em vetores de desenvolvimento rural.

## 2 Desvendando uma das facetas do Associativismo Comunitário

Conhecidas as formas jurídicas assumidas pelas OEAFs do tipo 1, no qual predominam as associações comunitárias, e a dispersão nas regiões geográficas do Brasil, empreende-se, nesta seção, uma análise das suas principais características. No âmbito federativo, as OEAFs predominam no Nordeste, nos estados da Bahia (24,3%); do Maranhão (14,6%); do Ceará (10,4%) e do Rio Grande do Norte (6,3%). No Sudeste, que tem o segundo maior número de ocorrências, tem-se uma concentração em dois estados: o Espírito Santo, com 13,2%, e Minas Gerais, com 7,6%. Vale ressaltar que a distribuição geográfica e federativa reflete as diferenças no nível de desenvolvimento regional brasileiro.

O desenvolvimento desigual das regiões provocou uma incidência maior da pobreza nas regiões Norte e Nordeste, contribuindo, assim, para a persistência das desigualdades no país (SINGER, 2003). Esse pode ser um dos fatores que explicaria os percentuais mais elevados de sócios beneficiários de programas de transferência de renda nas OEAFs nordestinas em todos os tipos constituídos<sup>7</sup>.

Das 144 OEAFs, 102 afirmaram que predominam, entre os sócios, beneficiários de programas de transferência de renda, dentre essas, 99 delas têm no quadro social recebedores do Programa Bolsa Família. No Nordeste, 84,2% dos casos têm associados que complementam renda através das ações de redistribuição, seguido do Norte, com predomínio de 66,7%. Já no Sudeste, os beneficiários estão em menos da metade das organizações, 40%, enquanto no Sul e no Centro-Oeste, há 50% e 40%, respectivamente. Esse cenário dos programas de redistribuição nas políticas públicas do Brasil reafirma o quadro desigual do desenvolvimento regional. As OEAFs desse agrupamento aglutinam agricultores na linha da pobreza, mas, quando verificamos o grau dessa condição, percebe-se que a intensidade dessa pobreza tem nuances com os modelos de desenvolvimento implementados no país.

Quanto ao início das atividades das OEAFs, identificou-se que 15,3% foram criadas na década de 1980; 39,6%, nos anos de 1990, e 43,8%, entre 2000 e 2010. O crescimento

---

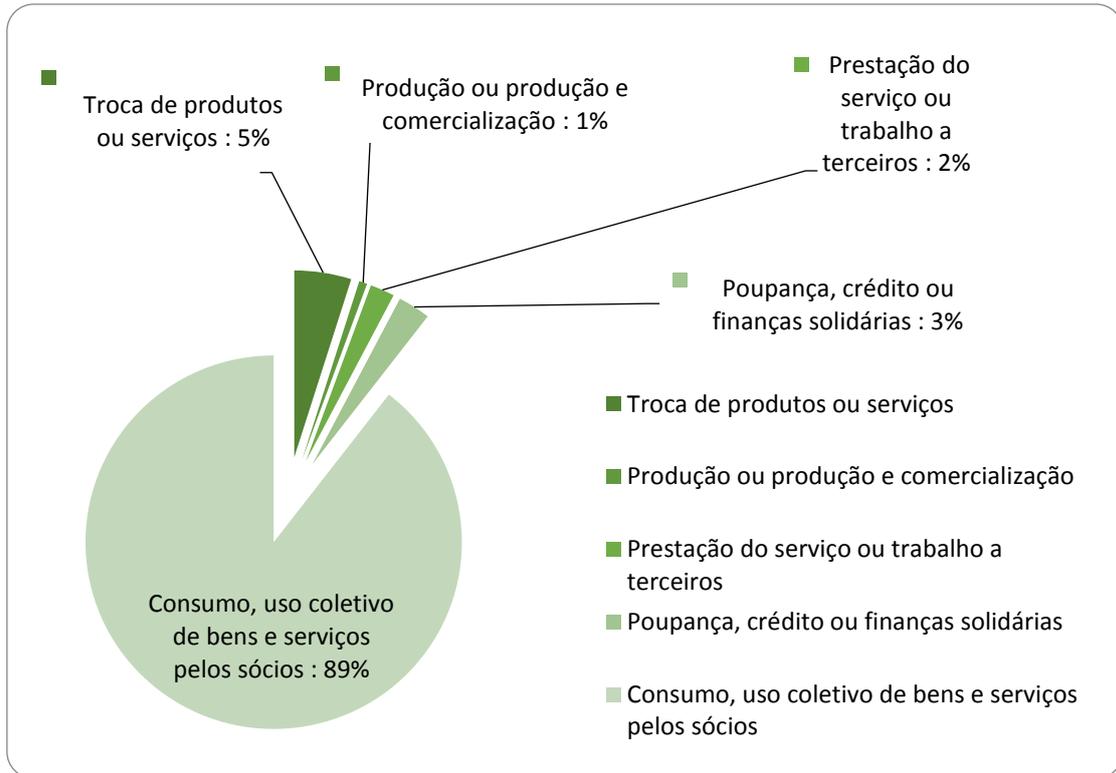
<sup>7</sup> No escrutínio sobre o predomínio de sócios beneficiários em programas de transferência de renda, os maiores percentuais afirmativos estão no Nordeste, em todos os tipos constituídos. No tipo 1, com 78,4%; no tipo 2, com 62,5%; no tipo 3, com 49,1% e, no tipo 4, com 51,7%.

numérico dessas OEAFs, nas últimas três décadas, parece estar relacionado, além dos fatores já citados, à incidência da política pública por meio das formas associativas. Um dado que referenda essa tese é a presença do apoio governamental em âmbitos estadual e federal para 36,6% e 16% dos casos investigados, respectivamente. Em relação à situação de funcionamento das organizações, 97,2% estavam em atividade à época do mapeamento, e 92,4% atuam na área rural.

Em relação às atividades coletivas, 66,7% as realizam por meio do uso de infraestrutura compartilhada. No que se refere à atividade principal, o escrutínio dessa variável contribui para dimensionar o escopo das OEAFs e os desafios enfrentados. Além disso, propicia à dimensão econômica uma abordagem mais plural, que não se limita aos aspectos monetários. Ainda que a inserção da produção familiar no mercado seja atribuída, como condição irreduzível, às formas associativas da agricultura familiar, inúmeras organizações foram criadas, inicialmente, para garantir direitos básicos de cidadania, os quais não foram assegurados pelo Estado brasileiro em grande parte dos territórios rurais. Neste sentido, inúmeras pesquisas (GUANZIROLI; SABBATO; BUAINAIN, 2011) apontam as associações comunitárias como vetores de desenvolvimento em localidades marcadas pela estagnação socioeconômica. Essas associações não têm um escopo restrito a uma determinada finalidade, ao contrário, elas integram um conjunto articulado de ações que visam à melhoria das comunidades nos múltiplos aspectos que demandam reivindicação e luta.

Na Figura 1, inserida na próxima página, verifica-se que para 89% dos casos a atividade principal é o consumo e uso coletivo de bens e serviços pelos sócios. Esta variável demonstra, por um lado, a importância da associação para ativar economicamente os mais empobrecidos, mas, por outro, sugere que a comercialização da produção desses agricultores ainda está sob a responsabilidade da família, limitando o ganho de escala e a diversificação dos mercados ao poder de inserção do grupo familiar.

**Figura 1 - Atividade principal das OEAFs**



Fonte: SENAES (2013).

Entre as atividades coletivas desempenhadas, a mais frequente é uso de infraestrutura (66,7%). Ao somar a esse percentual o consumo (18,8%), que, em parte, refere-se aos insumos utilizados, e a troca coletiva de produtos e/ou serviços (6,9%), tem-se um tipo de OEAF caracterizado pelo consumo de bens e serviços pelos associados, com 92,4%. Essas OEAFs são constituídas pelos agricultores familiares, assentados da reforma agrária, quilombolas, extrativistas, ribeirinhos, pescadores artesanais, comunidades e povos tradicionais. Majoritariamente, o quadro social é composto por adultos (92,4%). Dos 144 casos, 9,7% afirmam que têm associados que pertencem a algum povo ou comunidade tradicional, e 64,8% declararam que a cor/raça predominante entre os sócios é a parda e a preta. Quanto ao porte das organizações, considerando a quantidade de sócios, 55,6% dos casos têm de 4 a 50 pessoas no quadro social, havendo 32,6% com 51 a 100 associados, e 4,9% com 101 a 150 sócios.

Há, nas ocorrências que compõem o tipo 1, cooperativas de consumo (7), associação ou rede de consumidores (37), organização para a utilização coletiva de infraestrutura (85). Dentre os serviços/bens prestados/consumidos com maior frequência estão o uso do trator

(20), casa de farinha (9), aquisição de sementes (7), terra (5) e adubo (4). Sabe-se que diversas políticas públicas induzem os agricultores familiares a se filiarem a uma forma associativa, para ter acesso às ações empreendidas nas últimas duas décadas, como distribuição das sementes, construção de casas de farinhas e doação de tratores. Esses dados coadunam-se com os percentuais mais elevados de associações no meio rural, que foram criadas a partir da década de 1990.

Os bens e serviços também contribuem para dimensionar a primazia das OEAFs com base na Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE). Na divisão da CNAE, as atividades desenvolvidas com maiores percentuais são comércio varejista (21,5%); atividades de organizações associativas (21,5%); fabricação de produtos alimentícios (8,3%); agricultura, pecuária e serviços relacionados (7,6%) e atividades de serviços financeiros (2,8%), não obstante, seja a subclasse da CNAE que explicita de forma minuciosa as ações mais relevantes dos casos analisados. As ações com maior incidência são a organização para a utilização coletiva da infraestrutura e da terra (21,5%); a rede de consumidores (10,4%); a cooperativa de consumo (7,6%); o beneficiamento do café (4,2%); o serviço de preparação do terreno, cultivo e colheita (2,1%); a fabricação de farinha de mandioca e derivados (2,1%) e as trocas solidárias (2,1%).

Uma visão regional das atividades econômicas revela que, no Nordeste, a maior incidência ocorre entre as atividades de organizações associativas (28); seguidas do comércio varejista (23). Já no Sudeste, destacam-se a fabricação de produtos alimentícios (8) e agricultura, pecuária e serviços relacionados (5). Esses dados ratificam, mais uma vez, a atuação das associações na busca por melhorias nas condições objetivas dos segmentos menos favorecidos.

Quanto ao pagamento pelo consumo e/ou uso coletivo de bens/serviços, este é realizado de múltiplas formas, sendo os mais frequentes por mensalidade, forma mais citada, com 35,4%; taxa em dinheiro e taxa em equivalência em produto ou serviço, ambos com 23,6%; para 17,4%, não há remuneração, e, por fim, para 11,1%, taxa por produto e/ou serviço. Embora a imensa maioria das ocorrências não tenha por finalidade resultados monetários diretos, 129 dos casos que se destinam ao consumo e uso coletivo de bens e/ou serviços apontaram a receita média mensal à época do mapeamento. Delas, 22,4%

alcançaram de R\$ 25,00 a R\$ 100,00; já 21,7% obtiveram de R\$120,00 a R\$400,00; 17,1% conseguiram de R\$416,00 a R\$1.000,00; 18,6% apontaram a renda entre R\$1.200,00 a R\$5.000,00, e 9,3% obtiveram entre R\$6.450,00 a R\$75.000,00.

Os 129 casos referidos acima indicaram as múltiplas origens dos bens, produtos e/ou serviços oferecidos aos sócios. Ainda que a resposta a esta indagação no formulário de coletas dos dados tenha sido de múltipla escolha, vale salientar que 52,1% das ocorrências apontaram como origem os órgãos públicos, seguidos dos próprios associados (43,3%) e empresa privada (16%). As procedências dos bens, produtos e/ou serviços com um percentual tão significativo atribuído aos órgãos públicos reafirmam a proposição de que inúmeras associações foram criadas, dentre outros motivos, para possibilitar o acesso dos agricultores familiares às políticas públicas.

Nas 129 ocorrências caracterizadas pelo uso de bens e serviços, 52,1% têm sócios que trabalham na organização. Dessas, 50,6% não remuneram esses sócios trabalhadores, as demais realizam o pagamento de diversas formas: fixa (21,8%); horas trabalhadas (26,4%); comissão sobre valor das vendas (8%). Das que não fazem o pagamento para os sócios trabalhadores, 77,3% estão no Nordeste e 13,6% no Sudeste.

Quanto à contratação de trabalhadores não sócios, das 144 ocorrências, somente 26 a praticam. Das OEAFs que empregam, doze contratam de forma permanente e quinze, temporária. Percebe-se que uma delas se utiliza das duas modalidades de contratos. O tipo de trabalho dos não sócios com percentuais mais elevados são administração, secretaria, contabilidade e finanças (17), seguidos da produção (5). As variáveis que retratam a presença dos trabalhadores não sócios sugerem que a falta de conhecimento específico das funções de gestão impõe a contratação de pessoas capacitadas externas ao quadro social. Contudo, esta não é a realidade que perpassa todos os casos; ao contrário, somente 18,1% declararam ter esse tipo de trabalhador, restando às demais organizações o desafio de assegurarem as funções administrativas aos próprios associados.

Realizada a caracterização mais ampla desse agrupamento, assim como os desafios para consolidar organizações sustentáveis na oferta de bens e serviços de qualidade para os associados, foram manuseadas algumas variáveis relativas aos investimentos e créditos, duas demandas caras às OEAFs e, talvez, um dos seus principais gargalos. Para iniciar as atividades,

62,5% dessas organizações contaram com recursos dos próprios sócios, o que, considerando o quadro socioeconômico já relatado até então, torna evidentes os desafios para a sustentabilidade econômica. Por outro lado, 31,9% declararam ter recebido recursos não reembolsáveis; 7,6% obtiveram doações de organismos internacionais ou de organizações não governamentais; 7,6% conseguiram empréstimos ou financiamentos; 6,9% receberam doações de pessoas físicas ou empresas; e 8,3% declararam que não houve necessidade de recursos.

Quanto aos investimentos, 32,6% declararam havê-los realizado nos últimos 12 meses em relação ao período de aplicação do questionário. Os tipos de investimentos com maior ocorrência foram infraestrutura física (prédios, construções etc.), com 53,2%, e aquisição ou renovação de equipamentos, com 40,4%. Os valores dos investimentos variaram de R\$80,00 a R\$324.000,00.

Em relação ao acesso a crédito ou financiamento, os dados evidenciam uma realidade ambivalente, pois 79,9% das organizações não o buscaram, e apenas 20,1% procuraram esse recurso. Das organizações que o buscaram, somente 12,5% obtiveram-no, e 7,6% não conseguiram. Dentre os motivos que levaram 115 OEAFs a não buscarem crédito ou financiamento, os mais citados são o medo ou receio de contrair dívidas, 29,2%; não ter havido necessidade, 27,1%; não ter havido acordo sobre a necessidade e a oportunidade, 19,4%; a obtenção de recursos de outras fontes não reembolsáveis, 9%; e investimentos feitos com recursos próprios, 6,9%. As justificativas apresentadas por um subconjunto tão significativo de casos para não buscarem crédito expressam a desconfiança inculcada entre os sócios-agricultores em relação às formas associativas criadas por eles próprios. Assumir uma dívida de forma coletiva impõe mais do que garantias para os agricultores, ela demanda uma relação de confiança, que precisa estar sedimentada na convivência, no entrelaçamento das ações cotidianas e no processo educativo desenvolvido, como, por exemplo, assegurar ao quadro social o livre acesso a todas as informações relacionadas com a organização (ANJOS, 2012).

Quanto aos 12,5% de casos que buscaram e obtiveram o crédito, 4,9% deles o destinaram para custeio ou capital de giro, e 11,1% para investimento. Como fonte de financiamento, os bancos públicos foram os mais citados, 6,3%, e, dos programas públicos de crédito, o Pronaf foi listado por dois casos como outra fonte de crédito. Ainda que o Pronaf

tenha tido uma divulgação imensa entre os agricultores familiares e, dentre suas ações, a concessão de crédito seja a mais efetiva apontada na literatura, esse programa não conseguiu facilitar o acesso ao financiamento aos pequenos produtores familiares, como o almejado, tampouco às suas formas associativas (GUANZIROLI; SABBATO; BUAINAIN, 2011).

Freitas e Teixeira (2011) consideram que as desigualdades regionais também podem ser identificadas pelo acesso ao crédito do Pronaf. Esses autores constataram que o crédito do Pronaf não é distribuído proporcionalmente entre as regiões. O Norte e o Centro-Oeste apresentam a menor participação na distribuição dos recursos, enquanto que o Nordeste, que abriga praticamente metade dos agricultores familiares do país, tem uma participação relativamente baixa, 15% do total destinado. Já as regiões Sul e Sudeste são beneficiadas com o maior volume do crédito, 48% e 24% do total, respectivamente. Estes dados levaram os autores a inferirem que o Pronaf fortaleceu os que já tinham uma base sólida na agricultura familiar em detrimento dos mais vulneráveis. Com essas considerações, evidencia-se que a diversidade e a heterogeneidade da agricultura familiar não podem ser desprezadas numa suposta homogeneidade dos segmentos que estão circunscritos neste conceito.

Os valores tomados nos empréstimos variam de R\$2.000,00 até R\$124.000,00. A situação dos pagamentos é alvissareira, pois mostra que 61,1% das organizações estão em dia com o pagamento. Em que pese à fragilidade econômica dos associados das OEAFs desse tipo, aquelas que venceram os obstáculos e obtiveram o crédito, em sua maioria, são boas pagadoras.

A necessidade de crédito é recorrente para 77,1% das OEAFs. Considerando que as OEAFs desse tipo são caracterizadas mais pelo consumo e uso de bens e serviços pelos sócios, compreende-se a importância do investimento para o seu fortalecimento e, conseqüentemente, para a produção em cada estabelecimento familiar. Das 111 que necessitam de crédito, 81 estão no Nordeste, e 16, no Sudeste, contudo, 51,4% delas enfrentam dificuldades para obtê-lo. Os entraves mais citados pelas organizações são a burocracia dos agentes financeiros (34,7%); a falta de apoio para elaborar projeto (14,6%); as taxas de juros elevadas (11,1%); a falta da documentação exigida pelo agente financeiro (9,7%) e a falta de aval ou garantia (4,2%). Talvez o grande desafio das políticas públicas que estão

em curso seja o de reverter este cenário para fortalecer os arranjos econômicos da agricultura familiar.

Devido às dificuldades descritas ao longo do texto, infere-se que o papel desempenhado pela assessoria e assistência técnica adquire relevância ímpar no processo de fortalecimento dessas organizações. Constatou-se que 70,1% das OEAFs têm acesso a algum tipo de apoio, um indício de que os limites apresentados, tanto no processo de gestão quanto na mobilização do financiamento, estão, em alguma medida, sendo enfrentados.

Ao escrutinar as variáveis que qualificam o tipo de apoio recebido pelas organizações, as que apresentam os maiores percentuais, são a assistência técnica e/ou gerencial; a qualificação profissional, técnica e gerencial, e a elaboração de projeto, com 81,5%, 51,5% e 17,4%, respectivamente. As entidades que forneceram apoio com percentuais mais elevados foram os órgãos públicos, estaduais e federal, citados por 46,5% no âmbito federativo, e 22,8% atribuídos à União, Sistema S (32,7%) e Movimento Sindical (17,8%). Proporcionalmente, são os casos do Sudeste e Nordeste que mobilizam mais apoio, 73,3%, e 70,5%, respectivamente. Quanto ao tipo de apoio por região, no Centro-Oeste, no Norte e no Sul, 100% tiveram assistência técnica e/ou gerencial, enquanto o Nordeste obteve 81,5%, e o Sudeste, 77,3%. Essas variáveis evidenciam, em alguma medida, a dependência das organizações no que tange às atividades de gestão das entidades de assessoria.

Embora os casos analisados sejam caracterizados pela fragilidade na organização econômica e gerencial, os que se destinam a gerar sobras, inferida pela variável que expressa o desempenho econômico no ano fiscal anterior à sondagem realizada, demonstraram viabilidade econômica. Dos resultados das atividades, 41% pagaram as despesas e ainda tiveram um excedente, enquanto 24,3% somente pagaram suas despesas, sem sobras, e 9% não conseguiram nem pagar as despesas. No tocante às regiões, as OEAFs com melhor desempenho econômico estão no Sudeste, 70% delas, seguido do Nordeste com 36,8%.

Por fim, foram analisadas as variáveis que dimensionam a inserção das OEAFs nas reivindicações e lutas do meio rural. O associativismo rural é a forma mais utilizada, a partir dos anos 90, pelos segmentos alijados do direito de cidadania para acessar políticas públicas. Nesta perspectiva, 63,2% dos casos têm relação com os movimentos sociais, populares ou sindicais. Dos que participam, os percentuais mais elevados estão no movimento sindical, com

47,2%, seguido do movimento de luta pela terra ou agricultura familiar, com 27,1%; movimento popular ou comunitário, com 16%; e movimento de luta por moradia, com 10,4%. É no Nordeste que há, proporcionalmente, maior aderência ao movimento sindical, 83,8%. Além disso, 55% das OEAFs desenvolvem alguma ação social, e 40,3% participam de alguma rede ou fórum de articulação, reafirmando o caráter comunitário que predomina nesse tipo de organização da agricultura familiar.

### **3 O Associativismo Comunitário no Recôncavo da Bahia**

O Associativismo tem um papel importante no desenvolvimento social e econômico dos espaços rurais da Bahia. As associações têm como objetivo fomentar a ação coletiva, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida por meio da troca de experiências, promovendo a convivência com os contextos áridos que caracterizam a maior parte das áreas de produção agrícola do Estado. Por outro lado, as associações também contribuem para reivindicar os direitos políticos, sociais e econômicos presentes de forma incipiente na maioria das comunidades rurais baianas. O ato de associar-se vai além da celebração de um contrato mútuo que estabelece obrigações, visando a um objetivo comum. A essência dessa sociedade civil, na visão de Albuquerque (2003), está fundada na repartição do ganho, na união de esforços e no estabelecimento de outro tipo de agir coletivo, que tem na cooperação qualificada a implementação de outro tipo de ação social.

Baseando-se nesta perspectiva, buscou-se averiguar os desafios e as potencialidades de duas associações rurais em duas comunidades no Recôncavo da Bahia. A primeira Associação Comunitária Rural “A” foi fundada em 2007, pelo estímulo de organizações relacionadas à Igreja, além dos resultados obtidos por outras associações comunitárias na resolução de problemas enfrentados pelos moradores dos espaços rurais. Contudo, ressaltou-se que as maiores motivações para sua criação foram os problemas enfrentados, como precárias condições das estradas e falta de escolas, de postos de saúde e de coleta seletiva de lixo. A associação tem quarenta membros, sendo que dez são oriundos do período de sua fundação, e desses, 26 são mulheres e quatorze, homens.

Já a Associação “B”, criada em 1999, surge de uma articulação da Empresa Pública de Desenvolvimento Rural da Bahia devido à necessidade de ampliação da produção agrícola no Estado. Além disso, a maioria dos moradores da comunidade trabalhava, de forma insegura, com a fabricação de fogos de artifício, provocando inúmeros acidentes, o que gerou a necessidade de diversificar as atividades produtivas, baseadas em um trabalho seguro. Dessa forma, com a associação, os agricultores familiares tiveram assistência técnica qualificada, o que resultou em um aumento da produção. À época da fundação, contaram com quarenta associados; atualmente, contam com 84 filiados, sendo que cinco são membros fundadores. No total do quadro social, dezessete são homens, e 67, mulheres.

Quanto ao quesito participação nos rumos da associação, na Associação “A”, constata-se que os associados são frequentes nas reuniões, porém a captação de recursos para a comunidade por parte da organização ainda é muito incipiente na avaliação dos entrevistados, pois consideram que são poucos os projetos captados pelas políticas públicas. Já na Associação “B”, o destaque negativo para a participação é atribuído à ausência de jovens e à necessidade de maior adesão dos filiados às atividades que demandam trabalho em mutirão. Por outro lado, os resultados positivos, que são os mais destacados como conquistas dessa organização, são oriundos de apoio das políticas públicas, como a construção da casa de farinha comunitária, a aquisição de um trator e a construção de uma cozinha semi-industrial com todos os equipamentos, dentre outras. Vale ressaltar que, além dos equipamentos que asseguram renda para o grupo de mulheres que produzem na associação, contam com a assistência técnica da Incuba, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, e do Centro Público de Economia Solidária, participam de cursos ofertados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária e recebem apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade em que está localizada.

Ainda que os resultados da Associação “A” sejam mais reduzidos, se comparados aos da “B”, os associados depoentes apontaram que as melhorias de infraestrutura alcançadas na comunidade, tais como iluminação elétrica, pavimentação das estradas, construção da sede, são produtos da atuação da ação coletiva. No que tange às características da produção agrícola, destacam que os cursos voltados para a capacitação produtiva, com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, têm sido o vetor para diminuir a vulnerabilidade

econômica dos associados, com as culturas do inhame, da mandioca e do amendoim. Este empreendimento não se dedica à organização da comercialização, sua primazia é mobilizar serviços para os sócios e apresentar as demandas da comunidade aos órgãos públicos. Não obstante, salientamos que os sócios de ambas as associações atribuem o incremento de renda e a agregação de valor aos produtos à atuação das suas organizações.

No que tange à gestão das associações, em ambas foram relatados processos democráticos de eleição da diretoria. Uma delas é presidida por uma mulher, mas na que tem majoritariamente mulheres no seu quadro social, o presidente é um homem. Nesta, percebe-se conflitos de gênero, pois as mulheres são mais organizadas na produção coletiva do que os homens, já que produzem nos estabelecimentos familiares, todavia, ainda que o grupo de mulheres tenha o trabalho coletivo como atividade econômica principal, as entrevistadas relatam que os homens têm grande poder nos processos decisórios.

As fragilidades para gerir as associações são apresentadas pelas duas associações. Na “A”, esta demanda tem mais destaque, já que é apontada como um limite para concorrer a editais públicos e regularizar os aspectos jurídicos que cabem a uma associação. Já a “B” destaca os entraves no processo de comercialização, apresentando os atravessadores como principal canal para escoar os produtos, enfatiza os processos burocráticos para manter a associação regularizada nos âmbitos fiscal e contábil e, por fim, evidencia a falta de uma agroindústria na qual possam ser processados os produtos, os quais são obrigados a vender “in natura”.

A análise dos casos evidencia que a necessidade de qualificação da gestão nas organizações associativas, com mais ênfase nas cooperativas, não está restrita à área da administração. Nesta perspectiva, Amodeo (2006) constrói uma reflexão sobre as interfases da educação cooperativa, gestão social e gestão profissional. Para ela, a inserção das formas associativas no mercado competitivo depende de uma série de discussões sobre a forma como esse processo deve ser realizado, preservando as características cooperativas. Para tanto, a gestão social, por meio do componente pedagógico da educação cooperativa, deve ser capaz de trazer pressupostos de gestão e de política cooperativa, pois somente o uso de ambas poderá promover o desenvolvimento almejado. Portanto, “[...] o adjetivo social qualificando o

substantivo gestão será entendido como um espaço privilegiado de relações sociais no qual todos têm direito à fala, sem nenhum tipo de coação” (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013, p. 114).

#### **4 Considerações finais**

As organizações econômicas que se destinam ao consumo de bens e serviços para seus associados revelaram que diversas categorias sociais do meio rural se utilizam da associação como tática de enfrentamento à situação de vulnerabilidade socioeconômica, na qual estão relegados alguns segmentos da agricultura familiar brasileira. Por outro lado, a análise empreendida sugere que a expansão do associativismo nas comunidades rurais constitui-se em estratégia para ter acesso às políticas públicas voltadas para a infraestrutura. Não obstante, fica evidente a necessidade de diversificar a atuação, principalmente no que tange à comercialização no coletivo, uma vez que as vantagens, no que se refere ao ganho de escala e à redução dos custos de transação, são recorrentes em diversas pesquisas cujo enfoque é a produção familiar.

Embora tenham sido constatados um desempenho econômico positivo para um percentual significativo do agrupamento manuseado e conquistas nos casos estudados, há sérias restrições para os agricultores estratificados na linha da pobreza consolidarem suas associações em vetores de desenvolvimento. Dentre elas, destacam-se a) as precárias condições socioeconômicas dos associados, o que resulta em baixo nível educacional; b) a falta de lastro econômico; c) a carência de crédito, principalmente no Nordeste; d) a baixa capacitação gerencial entre o quadro social; e) a incipiência das políticas públicas.

Para modificar esse panorama, não é suficiente consolidar os vínculos entre os associados, mas se necessita, com urgência, de uma análise nos critérios de financiamentos ofertados às formas associativas, adequando-os à realidade da agricultura familiar. É mister, também, por parte dos órgãos públicos, o reconhecimento das especificidades das associações que atuam de forma multidimensional. Essas organizações absorvem as demandas das suas comunidades, em que pese a jurisdição, constituindo-se em vetores de desenvolvimento econômico com um presente marcado por limites e desafios em nome de um horizonte mais alvissareiro.

## Referências

ALBUQUERQUE, P. P. Associativismo. In: CATTANI, A. D. (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.

AMODEO, N. B. P. Contribuição da educação cooperativista nos processos de desenvolvimento rural. In: AMODEO, B. P.; ALIMONDA (Orgs.). *Ruralidades, capacitação e desenvolvimento*. Viçosa: UFV, 2006.

ANJOS, E. Coprasul: Entre o idealizado e o vivido – Uma análise da prática cooperativista no MST. In: DAGNINO, E; PINTO, R. P. (Orgs.). *Mobilização, participação e direitos*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 109-127.

\_\_\_\_\_. *Práticas e sentidos das cooperativas de trabalho: um estudo a partir da economia solidária*. 2012. 210 fs. Tese (Doutorado em Ciências Sociais - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012.

\_\_\_\_\_. Uma caracterização das organizações econômicas da agricultura familiar orientadas para a aquisição de infraestrutura e o uso de bens e serviços para seus associados. *Anais Simpósio Nacional o Rural e o Urbano no Brasil*. Salvador: UFBA, 2016.

BRASIL. *Organizações econômicas da agricultura familiar brasileira: uma construção tipológica*. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, Brasília, 2016.

CANÇADO, A.; PEREIRA, José R; TENÓRIO, Fernando G. *Gestão social: epistemologia de um paradigma*. Curitiba: CRV, 2013.

FREITAS, C. O.; TEIXEIRA, E. C. Agricultura familiar e comercial no censo agropecuário de 2006. In: MATTOS, B. et al. *Políticas públicas e desenvolvimento*. Viçosa: 2011. p. 375-405.

GUANZIROLI, C. E.; SABBATO, A. D.; BUAINAIN, A. M. Agricultura familiar no Brasil: evolução entre os censos agropecuários de 1996 e 2006. In: MATTOS, B. et al. *Políticas públicas e desenvolvimento*. Viçosa: 2011. p. 329-374.

RUSCHEINSKY, A. *O associativismo na invenção da modernidade: atores e perspectivas da ação coletiva*. Rio Grande: FURG, 2001.

SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária. *SIES - Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária*. Boletim informativo, Brasília, 2013.

SINGER, P. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Orgs.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2003.